



**perm**

parque empresarial de recuperação de materiais  
das terras de santa maria, eim

*[Handwritten signatures and initials]*

## **Declaração do Órgão de Gestão**

Santa Maria da Feira, 31 de Maio de 2011

### **Certificação das Contas**

Exmos. Senhores,  
**Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda**  
**Membro Independente da BKR International**  
R. António Gomes Soares Pereira, nº 15  
4470-139 Maia

Exmos. Senhores

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso da vossa revisão da informação financeira de **PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras Santa Maria, E.I.M.** referente ao ano findo a 31 de Dezembro de 2011, os quais evidenciam um total de balanço nessa data no montante de 92.974 euros e de capital próprio de 66.421 euros, incluindo um resultado do exercício negativo no montante de 2.572 euros.

1 Consideramos ser responsabilidade da Administração fazer com que as demonstrações financeiras representem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Empresa, os resultados da sua actividade e as alterações verificadas na posição financeira, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades e salvaguardar o património da Empresa.

2 Caso venham a ser apresentadas as demonstrações financeiras e a Certificação Legal das Contas na página da internet, ou distribuídas por via electrónica (e-mail) as nossas responsabilidades, no que diz respeito à preparação, divulgação e "sign off" das demonstrações financeiras, não se alteram pelo facto de estas se encontrarem reproduzidas e divulgadas por meios electrónicos. É da nossa responsabilidade assegurar que qualquer destas publicações apresente de forma apropriada a informação financeira e o relatório dos revisores. Assim, confirmamos que seremos responsáveis pelo controlo e segurança da página na internet e,



**perm**

parque empresarial de recuperação de materiais  
das terras de santa maria, eim

Página 2

quando aplicável, pela implementação e controlo dos processos de divulgação electrónica das demonstrações financeiras e da Certificação Legal das Contas.

3 Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2011 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras relativas ao exercício então findo.

4 Foram-vos facultados os livros de actas das reuniões dos órgãos sociais da Empresa, bem como todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respectiva documentação. Não existem deliberações relevantes para além do mencionado nos referidos livros, no Relatório de Gestão e nas Demonstrações Financeiras e respectivo Anexo.

5 Não temos conhecimento de quaisquer contas, transacções ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras, nem de quaisquer transacções que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante à normal e razoável formação dos preços.

6 As demonstrações financeiras incluem todos os activos de propriedade da Empresa que nelas devem figurar (incluindo todos os saldos em caixa e em contas bancárias onde se encontram depositados fundos e disponibilidades da Empresa).

7 Em activos intangíveis em curso encontram-se registados os gastos incorridos relacionados com a reestruturação do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) bem como Assessoria Jurídica, esperando-se que em 2012, termine o processo de expropriação de terrenos, se formalize o processo de aprovação da candidatura apresentada ao QREN e se inicie o financiamento da mesma. Estas assessorias são a base de sustentação do futuro desenvolvimento da empresa.

8 Todo o passivo da Empresa de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, acções judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respectivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras.

9 De acordo com contrato elaborado com o Parceiro Privado, este deveria ter assegurado o pagamento à EIM do montante de 70.000 € relativos aos estudos e relatórios técnicos destinado ao



**perm**

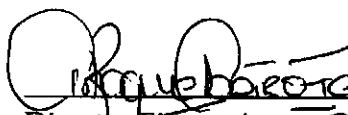
parque empresarial de recuperação de materiais  
das terras de santa maria, eim

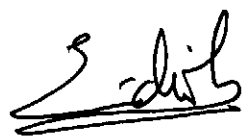
Página 3

PERM até ao final do exercício de 2011. No entanto, apenas foi paga a primeira prestação no montante de 23.334 € (+ IVA) com celebração do contrato em 2011 e a segunda foi paga em Maio/12. Contudo, consideramos não estar em causa o recebimento do valor total previsto no contrato.

10. Conformamos ser intenção do Conselho de Administração dar seguimento ao previsto no Art.31º da Lei 53 – F/2006 de 29 de Dezembro – Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, no que diz respeito ao equilíbrio das contas.

11 Não temos projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações.

  
Joaquim Barro Teixeira  
Director Financeiro TOC

  
Presidente da Administração



**perm**  
parque empresarial de recuperação de materiais  
das terras de santa maria, eim

## **Relatório de Gestão**

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração do PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, EIM, adiante PERM ,EIM, submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão , relativo ao período findo em 31 de Dezembro de 2011 descrevendo os factos mais relevantes ocorridos.

### **I- Introdução**

O PERM, EIM, número único de matrícula e pessoa colectiva 509 042 201, registado na Conservatória do Registo Predial/Comercial de São João da Madeira, com sede na Rua de Milheirós de Poiães, Edifício Villa Balbina, São João da Madeira, com o capital estatutário de 50.000,00 euros, integralmente realizado, iniciou a sua actividade no final do 1º semestre de 2009, conforme deliberação da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM).

A sua missão incide na criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial, incluindo a concepção, construção, comercialização, gestão e exploração do parque empresarial para a recuperação de materiais (PERM) das Terras de Santa Maria; a elaboração de todos os estudos e projectos necessários à concepção, construção gestão e exploração do PERM; o desenvolvimento conjunto de acções que visem a promoção do mesmo, designadamente junto de todos os eventuais interessados em ali sediar a sua empresa; acessoriamente, a sociedade poderá desenvolver actividades e operações relacionadas, directa ou indirectamente, no todo ou em parte, com o objecto principal, e adquirir, alienar, onerar, locar ou construir quaisquer outros direitos reais sobre imóveis necessários à prossecução do seu objecto social.

### **II- Entrada de Parceiro Privado**

Sendo a Associação de Municípios titular da totalidade das 50.000 (cinquenta mil) acções representativas do capital social da PERM – PARQUE EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS DE TERRAS DE SANTA MARIA, EIM, que se encontram representadas por 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) acções ordinárias, tituladas e nominativas e 25.500 (vinte e cinco mil e quinhentas) acções da categoria A, tituladas e nominativas;

E, no âmbito da prossecução dos objectivos descritos, considerou a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS ser desejável o estabelecimento de uma parceria com entidade de capital e gestão privados, permitindo assim o recurso a fórmulas de direito privado ao serviço da gestão pública intermunicipal, combinando-se o carácter público e social da organização e gestão com a racionalidade empresarial dos serviços;



**perm**  
parque empresarial de recuperação de materiais  
das terras de santa maria, eim

*[Handwritten signature and initials]*

Foi lançado o "Concurso Público para a Selecção de um Parceiro Privado com vista à participação deste na sociedade comercial de capitais maioritariamente públicos PERM – PARQUE EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS DE TERRAS DE SANTA MARIA, EIM" com o objectivo de seleccionar uma entidade de capital privado para a aquisição de 49% (quarenta e nove por cento) do seu capital social (doravante designado por Concurso Público);

Em 3 de Março de 2011, a Associação de Municípios, procede ao contrato de alienação de 49% do Capital Social da Sociedade "PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, EIM", pelo consórcio constituído pelas empresas DST – Domingos da Silva Teixeira, SA (7.350 acções) A, Alexandre Barbosa Borges, SA, (7.350 acções), Investhome – Construção e Imobiliária, SA, (1.225 acções) Alexandre Barbosa Borges II – Imobiliária (1.225 acções) e Patrícios, SA (7.350 acções), conforme proposta do agrupamento concorrente.

### **III- Expropriação de Terrenos**

Para efeitos de expropriação dos terrenos, foi aprovado em reunião de Assembleia Geral a delegação de competência, no Conselho de Administração, para a realização das diligências necessárias aos procedimentos expropriativos com vista à declaração de utilidade pública e posse administrativa das parcelas de terreno afectas à implementação do projecto.

### **IV - Enquadramento Fiscal em sede IVA**

Para efeitos de aprovação da candidatura apresentada ao QREN sobre este projecto, foi necessário rever e efectuar algumas alterações ao Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), nomeadamente um estudo sobre a possibilidade de alteração do enquadramento fiscal do PERM, EIM, em sede de IVA, podendo esta entidade, ao abrigo do Dec-Lei 21/2007 de 29 de Janeiro proceder à renúncia da isenção de IVA, tornando-se um sujeito passivo deste imposto.

### **V – Aprovação de candidatura ao QREN**

Em 19 de Setembro de 2011, a candidatura ao QREN, EIXO PRORITÁRIO I – Competitividade e Conhecimento – NORTE-01-0363-FEDER-000007 foi aprovada com um montante de financiamento de 8 milhões de euros.

### **VI – Visto do Tribunal de Contas**



**perm**  
parque empresarial de recuperação de materiais  
das terras de santa maria, c.m.

*[Handwritten signatures and initials]*

Em 26 de Junho de 2011, procedeu-se ao envio do processo de selecção do parceiro privado para o Tribunal de Contas, com vista à obtenção do visto prévio, o qual veio a ser emitido em 23 de Novembro de 2011.

Durante este período, e conforme se constata nas demonstrações financeiras anexas, os gastos incorridos reportam-se aos serviços prestados pelo Assessor Jurídico, economato, registos da sociedade e o iva suportado dessas operações, sendo de realçar a inexistência de gastos com pessoal, em virtude da actividade operacional da entidade ser assegurada transitoriamente pelos respectivos Administradores. Os gastos incorridos relacionados com a reestruturação do EVEF, estão relevados em activos intangíveis em curso.

## **VII - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Período**

Em 20 de Março de 2012, por despacho do Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, foi prorrogado o prazo de validade da Declaração de Impacte Ambiental (DIA), até 16 de Novembro de 2013.

Em 21 de Março de 2012, por despacho do Ministro da Economia e do Emprego, foi emitida a Declaração de Utilidade Pública com carácter de urgência, da expropriação dos bens imóveis e direitos inerentes, necessários à construção do Parque Empresarial.

A reavaliação, por parte do Governo, de todos os projectos aprovados pelo QREN, que levou à suspensão de todos os contratos de financiamento assinados que ainda não tivessem execução, embora não abrangesse o PERM, cujo contrato de financiamento ainda não se encontrava assinado, veio afectar o efectivo arranque dos trabalhos no terreno. Através de várias reuniões e contactos com a CCDRN e Secretaria de Estado da Economia, a Autoridade de Gestão do PO Norte propôs que o PERM foi excepcionado para efeitos de financiamento, dado o relevante interesse económico do mesmo, aguardando-se a respectiva validação por parte do IFDR para se iniciarem os trabalhos.

## **VIII - Perspectivas Futuras**

Prevê-se o efectivo arranque dos trabalhos de construção da Área de Acolhimento Empresarial durante 2012, sendo necessário proceder à aquisição dos terrenos previstos, mediante negociação ou expropriação.



perm  
parque empresarial de recuperação de materiais  
das terras de santa maria, eim

## IX - Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos legais e estatutários o Conselho de Administração aprovou o resultado líquido do período que se traduz num prejuízo de 2.571,98 € (dois mil quinhentos e setenta e um euro e noventa e oito cêntimos).

É intenção do Conselho de Administração dar seguimento ao previsto no Art.31º da Lei 53 – F/2006 de 29 de Dezembro – Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, no que diz respeito ao equilíbrio das contas.

## X - Outras Informações

Dando cumprimento às disposições legais em vigor o Conselho de Administração declara que:

- a) Não foram concedidas, nem solicitadas, autorizações para negócios entre a empresa e os seus Administradores, nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais (CSC);
- b) Após o termo do exercício e até à presente data, os factos relevantes ocorridos estão relatados no ponto II e III.
- c) A Empresa não possui sucursais;
- d) Não existem dívidas em mora à Segurança Social ou a qualquer Entidade do Sector Público;
- e) Quanto aos objectivos e políticas da empresa em matéria de gestão dos riscos financeiros, não existiram operações de financiamento nem foram utilizados outros quaisquer instrumentos;
- f) Conforme o Artigo 448º do CSC:

### Accionistas que ultrapassem 10 % do Capital Social

Associação de Municípios das Terras de Santa Maria	51%
DST – Domingos da Silva Teixeira, SA	14.7%
ABB – Alexandre Barbosa Borges, SA	14.7%
Patricios SA	14.7%

- g) Conforme o Artigo 289º do CSC:



**perm**  
parque empresarial de recuperação de materiais  
das terras de santa maria, elm

**Identificação dos Órgãos Sociais**

**Mesa da Assembleia Geral:**

Rui Manuel Oliveira Costa	NIF: 166 318 965	Presidente
Ricardo Jorge de Pinho Tavares Presidente	NIF: 210 325 976	Vice-
Valdemar de Lopes Patrício	NIF: 158 997 832	Vogal

**Conselho de Administração:**

Emídio Ferreira dos Santos Sousa	NIF: 158 997 050	Presidente
Joaquim Manuel Boavida dos Santos Costa	NIF: 150 702 280	Vogal
Gaspar Barbosa Borges	NIF: 162 071 922	Vogal

Os membros supra mencionados não auferem quaisquer remunerações.

**Fiscal Único Efectivo:**

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda., representada por Rui Manuel Pinho, ROC

**- Indicação de outras sociedades em que os membros dos órgãos sociais exerçam cargos sociais**

Emídio Ferreira dos Santos Sousa

Entidade	Cargo
Câmara Municipal de Santa Maria da Feira	Vice-Presidente

Rui Manuel Oliveira Costa

Entidade	Cargo
----------	-------





**perm**  
parque empresarial de recuperação de materiais  
das terras de santa maria, eim

Câmara Municipal de São João Madeira

Vereador

Ricardo Jorge de Pinho Tavares

Entidade

Cargo

Câmara Municipal Oliveira Azeméis

Vereador

Joaquim Manuel Boavida dos Santos Costa

Entidade

Cargo

Associação Municípios das Terras de Santa Maria

Secretário-Geral

São João da Madeira, 10 de Abril de 2012

O Conselho de Administração,

Presidente

Emídio Ferreira dos Santos Sousa

Vogal

Gaspar Barbosa Borges

Vogal

Joaquim Manuel Boavida dos Santos Costa

Perm - Parque Empresarial Recup. Materiais TSM, EIM  
 Rua de Milheirós de Poiares Ed. Villa Balbina  
 São João da Madeira

Contribuinte 509 042 201

### Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2011

Valores expressos em euros

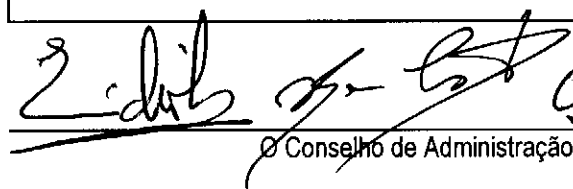
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos intangíveis em Curso	5	86.911,15	47.765,00
Activos por impostos diferidos	6	667,79	300,36
Total do Activo não corrente		87.578,94	48.065,36
Activo corrente			
Estado e Outros Entes Públicos	6	1.000,00	
Caixa e depósitos bancários	7	4.395,02	50.000,00
Total do Activo corrente		5.395,02	50.000,00
Total do Activo		92.973,96	98.065,36
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	8	50.000,00	50.000,00
Resultados transitados	8	- 2.102,49	- 902,85
Outras variações do Capital Próprio	8	21.095,11	-
Resultado líquido do período	8	- 2.571,98	- 1.199,64
Total do Capital próprio		66.420,64	47.897,51
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivos por Impostos Diferidos	6	7.605,72	-
Passivo corrente			
Fornecedores	9	18.947,60	47.765,00
Accionistas / sócios	9	-	902,85
Outras contas a pagar	9	-	1.500,00
Total do Passivo corrente		26.553,32	50.167,85
Total do Passivo		26.553,32	50.167,85
Total do Capital Próprio e Passivo		92.973,96	98.065,36

O Conselho de Administração
 O Técnico Oficial Contas

**Demonstração Individual dos Resultados Por Natureza**  
**Período findo em 31 de Dezembro de 2011**

Valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2011	31-12-2010
Vendas e serviços prestados		-	-
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria empresa		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	10	- 2.235,53	- 1.500,00
Gastos com o pessoal		-	-
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		-	-
Provisões (aumentos / reduções)		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Aumentos / reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos		-	-
Outros gastos e perdas		- 703,88	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		- 2.939,41	- 1.500,00
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-	-
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		- 2.939,41	- 1.500,00
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		- 2.939,41	- 1.500,00
Imposto sobre o rendimento do período	6	367,43	300,36
<b>Resultado líquido do período</b>		- 2.571,98	- 1.199,64

  
 O Conselho de Administração

  
 O Técnico Oficial Contas

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
NO PERÍODO 2010**

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	8	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-902,85	49.097,15	49.097,15
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>	8					-902,85				902,85	0,00	0,00
Aplicação Resultado Líquido do Exercício anterior		0,00	0,00	0,00	0,00	-902,85	0,00	0,00	0,00	902,85	0,00	49.097,15
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8									-1.199,64	-1.199,64	-1.199,64
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>										-296,79	-1.199,64	-1.199,64
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>	8	50.000,00	0,00	0,00	0,00	-902,85	0,00	0,00	0,00	-1.199,64	47.897,51	96.994,66

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
NO PERÍODO 2011**

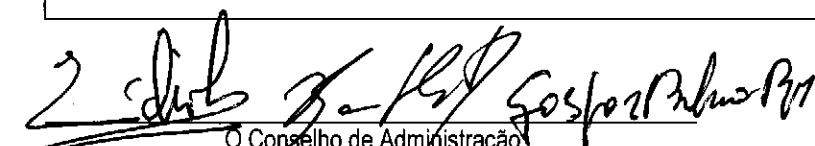
DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	8	50.000,00	0,00	0,00	0,00	-902,85	0,00	0,00	0,00	-1.199,64	47.897,51	47.897,51
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>	8								-7.605,72	-7.605,72	-7.605,72	-7.605,72
Ajustamentos por impostos diferidos									28.700,83	28.700,83	28.700,83	28.700,83
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-1.199,64				1.199,64	0,00	0,00
Aplicação Resultado Líquido do Exercício anterior		0,00	0,00	0,00	0,00	-1.199,64	0,00	0,00	21.095,11	1.199,64	21.095,11	21.095,11
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8									-2.571,98	-2.571,98	-2.571,98
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	8									-1.372,34	18.523,13	18.523,13
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>	8	50.000,00	0,00	0,00	0,00	-2.102,49	0,00	0,00	21.095,11	-2.571,98	66.420,64	66.420,64

*[Assinatura]*  
O Técnico Oficial Contas

**Demonstração de Fluxos de Caixa**  
**Período findo em 31 Dezembro de 2011**

Valores expressos em euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2011	31-12-2010
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		0,00	
Pagamentos a fornecedores		-28.817,40	
Pagamentos ao pessoal		0,00	
Caixa gerada pelas operações		-28.817,40	0,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-6.341,43	
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-35.158,83	0,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis		-39.146,15	
Investimentos financeiros			
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-39.146,15	0,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		28.700,00	0,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		28.700,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-45.604,98	0,00
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	50.000,00	50.000,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.395,02	50.000,00

  
 O Conselho de Administração

  
 O Técnico Oficial Contas

## **ANEXO**

**31 de Dezembro de 2011**

**Notas às Demonstrações Financeiras individuais**  
(valores expressos em euros)

### **1. Introdução**

O Anexo visa complementar a informação financeira apresentada nas demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF).

O presente documento não constitui um formulário relativo às notas do anexo, mas tão só uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 30 de Março de 2011

#### **1.1 Identificação da Entidade**

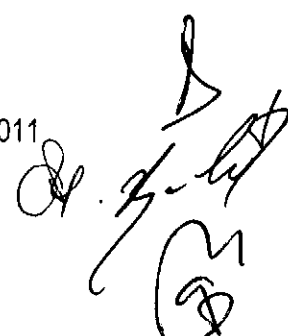
O PERM – Parque Empresarial das Terras de Santa Maria, EIM é uma entidade empresarial de natureza intermunicipal, com sede na Rua de Milheirós de Poiares, Edifício Villa Albina, São João da Madeira, com um capital estatutário de 50.000,00 euros, constituída a 25 de Junho de 2009, tendo por objecto social:

- Criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial incluindo a concepção, construção, comercialização, gestão e exploração do parque empresarial para a recuperação de materiais das Terras de Santa Maria (PERM);
- Elaboração de todos os estudos e projectos necessários à concepção, construção, gestão e exploração do PERM;
- O desenvolvimento do conjunto de acções que visem a promoção do PERM, designadamente, junto de todos os eventuais interessados em ali sediar a sua empresa;
- Acessoriamente, a sociedade poderá desenvolver actividades e operações relacionadas directa ou indirectamente, no todo ou em parte, com o objectivo principal, e adquirir, alienar, onerar, locar ou construir quaisquer outros direitos reais sobre imóveis necessários à prossecução do objecto social.

#### **1.2 Gestão de Risco**

##### **1.2.1 Risco de Liquidez**

A gestão de risco de liquidez, no PERM, tem por objectivo garantir que este possua capacidade para obter, atempadamente, o financiamento necessário para poder levar a cabo as actividades e cumprir com as suas obrigações de pagamento.



## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Transição para as NCRF - divulgação transitória**

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez em 2010 e apresentadas de acordo com o referencial das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2099 de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Rectificação nº 67-B/2009 de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto.

**2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

## **3. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras individuais estão abaixo descritas.

### **3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas segundo o princípio histórico.

### **3.2 Activos Fixos Intangíveis (NCRF 6)**

Os activos fixos intangíveis em curso estão registados pelo custo de aquisição com base em documentos externos, não tendo ocorrido excedentes de revalorização.

Os custos subsequentes destes activos são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos. Os ganhos ou perdas provenientes do abate são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

### **3.3 Impostos Sobre o Rendimento (NCRF 25)**

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças

temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), de prejuízos fiscais dedutíveis e créditos fiscais não utilizados, mas susceptíveis de utilização futura, assim como de diferenças temporárias decorrentes dos ajustamentos de transição de referencial contabilístico POC para referencial SNC.

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

### **3.4 Instrumentos Financeiros (NCRF 27)**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### **3.4.1 Fornecedores e Outras Contas a Pagar**

As contas a pagar a Fornecedores e outros são reconhecidas pelo método do custo, sendo subsequentemente mensurados ao custo depreciado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas por imparidade.

#### **3.4.2 Caixa e equivalentes**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos, não existindo até 31 de Dezembro de 2011.

### **3.5 Periodizações**

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.



### 3.6 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a empresa adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

### 3.7 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras se materiais.

## 4. Fluxos de Caixa

### 4.1 Meios financeiros líquidos constantes do balanço

Todos os valores registados em caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis de imediato.

### 4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa em depósitos bancários

Quantia Escriturada e Movimentos do Período				
2011	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa e Depósitos Bancários:				
Caixa	0	0	0	0
Depósitos à Ordem - Caixa Geral Depósitos	50.000,00	38.700,83	84.305,81	4.395,02

## 5 – Activos Intangíveis

No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2011, foram acrescidos na quantia escriturada de activos intangíveis em curso dispêndios no montante de 39.146,15 euros (47.4765,00 euros em 31 de Dezembro de 2010), os quais são detalhados por natureza conforme se segue:

Dispêndios Capitalizáveis	31/12/2011	31/12/2011
Assessoria financeira - projecto	54.450,00	38.720,00
Assessoria jurídica – projecto	32.461,15	9.045,00
<b>TOTAL</b>	<b>86.911,15</b>	<b>47.765,00</b>

Os gastos incorridos relacionados com a reestruturação do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) bem como Assessoria Jurídica, estão relevados em activos intangíveis em curso, esperando-se que em 2012, se termine o processo com a expropriação de terrenos e aprovação da candidatura apresentada ao QREN. Estas assessorias são a base de sustentação do futuro desenvolvimento da empresa.

Não existem situações de perdas por imparidade a registar no exercício.

## 6 – Impostos sobre o rendimento

O PERM, EIM encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25%, que pode ser incrementada até um máximo 1,5% pela Derrama, resultando numa taxa agregada máxima de 26,5%.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o PERM, EIM encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, de acordo com a legislação em vigor.

No decurso de 2011 foi efectuado o pagamento especial por conta no valor total de 1.000,00 €.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade do ano de 2011 poderão vir ainda ser sujeita a revisão.

O Conselho de Administração do PERM, EIM entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos no período findo em 31 de Dezembro de 2011 foi como segue:

Descrição	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
<b>Saldo inicial</b>	300,36	0,00
Efeito na Demonstração dos resultados:		
Aumento/Utilização de prejuízos fiscais reportáveis	367,43	
Aumento/Redução de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais		
Outros efeitos		
Registo Subsídio no Capital Próprio		7.605,72
Total dos efeitos na Demonstração dos resultados (2)	367,43	0,00
Total de efeitos no Capital próprio (3)	0	
<b>Saldo final</b> (1+2+3)	667,79	7.605,72

O imposto sobre o rendimento reconhecido na Demonstração dos resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2011:

	Descrição	Valor
1	Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	- 2.939,41
2	Imposto corrente	-
3	Imposto diferido	367,43
4	Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	367,43
5	Tributações autónomas	-

## 7 – Activos Financeiros

As categorias de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são detalhadas conforme se segue:

	31/12/2011			31/12/2010		
ACTIVOS FINANCEIROS	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Rubrica caixa	0,00		0,00	0,00		0,00
Rubrica depósitos à ordem	4.395,02		4.395,02	50.000,00		50.000,00
<b>Total</b>	<b>4.395,02</b>	<b>0,00</b>	<b>4.395,02</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>

## 8 – Instrumentos de Capital Próprio

O Capital Realizado em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, na rubrica de Capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Capital próprio</b>		
Capital Realizado	50.000,00	50.000,00
Resultados transitados	-2.102,49	-902,85
Outras variações no capital próprio	21.095,11	-
Resultado Líquido do Exercício	- 2.571,98	-1.199,64
<b>Total</b>	<b>66.420,64</b>	<b>47.897,51</b>

As outras variações no Capital próprio referem-se à 1ª tranche efectuada pelos parceiros privados, conforme previsto no Contrato para aquisição de 49% do capital social da Sociedade PERM celebrado com a Associação de Municípios, num total de 28.700,83 euros, assim discriminado:

ABB – Alexandre Barbosa Borges, SA	8.610,25 euros
ABB II – Alexandre Barbosa Borges, SA	8.610,25 euros
DST – Domingos da Silva Teixeira, SA	8.610,25 euros
InvestHome, SA	1.435,04 euros
Patrícios, SA	1.435,04 euros

Tendo sido ainda registado o correspondente valor de passivos por impostos diferidos (7.605,72 €).

De realçar que a 31 de Dezembro de 2011 se encontra em falta duas tranches no valor de 23.333,33 euros, cada, acrescido de iva à taxa aplicável.

Em 31 de Dezembro de 2011 a decomposição do Capital estatutário, totalizando 50.000 euros, apresenta o seguinte detalhe:

Associação de Municípios das Terras de Santa Maria	25.500,00 euros
DST – Domingos da Silva Teixeira, SA	7.350,00 euros
ABB – Alexandre Barbosa Borges, SA	7.350,00 euros
Patricios SA	7.350,00 euros
ABB II – Alexandre Barbosa Borges, SA	1.225,00 euros
InvestHome, SA	1.225,00 euros

## 9 - Fornecedores e outros credores

Em 30 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Fornecedores	18.947,60	47.765,00
Accionistas/Sócios	0,00	902,85
Outros Credores	0,00	1.500,00
<b>Total</b>	<b>18.947,60</b>	<b>50.167,85</b>

De realçar que em accionistas/sócios encontram-se registados as obrigações do parceiro privado para pagamento dos estudos e relatórios técnicos.

## 10- Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada conforme se segue:

	31-12-2011	31-12-2010
Material Escritório	45,53	-
Honorários	1.500,00	1.500,00
Contencioso e Notariado	690,00	-
<b>Total</b>	<b>2.235,53</b>	<b>1.500,00</b>

## 11 - Benefício dos Empregados

A 31 de Dezembro de 2011 a entidade não possuía colaboradores ao serviço. Os órgãos sociais, membros do conselho de Administração e Assembleia Geral não são remunerados. Apenas o Fiscal único é remunerado.

## 12 – Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas em reunião de Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30 de Março de 2012.

Em 19 de Setembro de 2011, a candidatura ao Qren, EIXO PRORITÁRIO I – Competitividade e Conhecimento – NORTE-01-0363-FEDER-000007 foi aprovada com um montante de financiamento de 8 milhões de euros.

Em 26 de Julho de 2011, procedeu-se ao envio do processo para selecção de parceiro privado para a Direcção Geral do Tribunal de Contas com vista à obtenção de visto prévio, obtido a 24 de Novembro de 2011

## 13. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Em cumprimento do disposto no Decreto-lei n.º 534/80 de 7 de Novembro e Decreto-lei 411/91 de 17 de Outubro, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada.

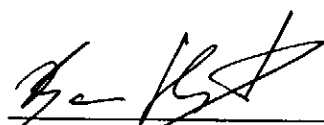
São João da Madeira, 30 de Março de 2012

O Conselho de Administração,



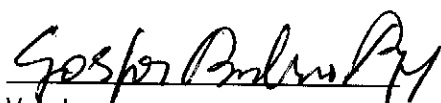
Presidente

Emídio Ferreira dos Santos Sousa



Vogal

Joaquim Manuel Boavida dos Santos Costa



Vogal

Gaspar Barbosa Borges



## **Certificação Legal das Contas**

### **Introdução**

1 Examinámos as demonstrações financeiras do PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, E.L.M. as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 92.974 euros e um total de capital próprio de 66.421 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.572 euros), a Demonstração dos Resultados por natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



**PERM-Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, EIM**

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, E.I.M em 31 de Dezembro de 2011, e o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### **Relato sobre Outros Requisitos Legais**

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

### **Ênfases**

9 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:

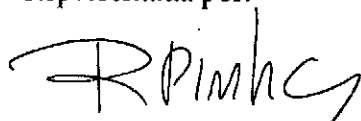
9.1 Conforme referido no Relatório de Gestão a empresa deverá dar seguimento ao previsto no Regime Jurídico do Sector Empresarial Local no que diz respeito ao equilíbrio de contas; e

9.2 Conforme divulgações no Relatório de Gestão, o futuro desenvolvimento da empresa e o efectivo arranque da construção da área de acolhimento empresarial, dependerá do processo de aquisição dos terrenos previstos, mediante negociação ou expropriação, e do consequente financiamento.

Maia, 31 de Maio de 2012

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Rui Manuel Correia de Pinho, ROC